



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Escola Superior - ESMPRO

EDITAL nº. 01/2023

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA RECEPÇÃO DE ARTIGOS PARA A
REVISTA JURÍDICA DA AMAZÔNIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

O Presidente do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Rondônia, por meio do presente Edital, torna pública para a comunidade jurídica, pesquisadores, consultores, docentes, acadêmicos em Direito, bem como a todos os profissionais das carreiras jurídicas, a chamada para apresentação de artigos de interesse acadêmico e prático para eventual publicação na Revista Jurídica da Amazônia do Ministério Público do Estado de Rondônia, em seu primeiro número no formato digital.

As referidas publicações são de opinião doutrinária, com temas relacionados às disciplinas afetas às áreas jurídicas.

A Revista Jurídica da Amazônia do Ministério Público do Estado de Rondônia é uma publicação semestral de responsabilidade da Escola Superior (ESMPRO) e tem por objetivo a publicação de artigos originais e inéditos, relacionados às disciplinas das áreas jurídicas, incentivando o estudo e a discussão a respeito de assuntos relevantes e atuais, de forma a incrementar a produção acadêmica da região da Amazônia, divulgando ideias e posicionamentos jurídicos dos operadores do Direito.

São critérios para envio dos artigos:

1) O/A autor/a ou algum/a dos/as co-autores/as deverá possuir titulação mínima de Mestre/a, sendo permitida a submissão de artigos assinados por Mestre/as em conjunto com Doutorandos/as, Mestrandos/as ou Graduandos/as;

1.2) O artigo deve ter, no máximo, 03 (três) autores/as. Caso este número seja ultrapassado, é necessário justificar, no campo “Comentários do Autor”, a participação de cada autor/a no texto;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Escola Superior - ESMPRO

1.3) O/A responsável pela submissão do artigo está devidamente cadastrado/a no Portal da Revistas Jurídica da Amazônia (<https://revista.mpro.mp.br/amazonia>) como autor/a;

1.4) Todos os metadados dos autores e autoras foram inseridos no momento da submissão do artigo (incluindo nome completo, e-mail para contato, Open Researcher and Contributor ID (ORCID), Instituição/Afiliação, país e resumo da biografia);

1.5) Todos os metadados referentes ao artigo foram inseridos na plataforma de submissão, notadamente: título, resumo, palavras-chave, contribuições e agências de fomento (se houver) e referências bibliográficas.

2) Os artigos devem ser originais, inéditos, com temas relevantes e atuais relacionados à área jurídica e obedecerem às normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (normas 6023, 10520 e 14724 da ABNT) e ao novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

3) Os interessados deverão submeter os artigos, em formato DOCX., até as 23h59min (horário de Rondônia) de 04 de maio de 2023, por meio do sítio eletrônico da Revista, disponível no *link*: <https://revista.mpro.mp.br/amazonia>.

4) Cada artigo deverá vir acompanhado, na primeira lauda, do título do trabalho, nome completo do autor (ou autores), resumo, palavras-chave, minicurrículo, telefone para contato, e-mail, Orcid e Link do Currículo Lattes.

5) O resumo (ementa), de caráter informativo, deve conter o máximo de 120 palavras, sem parágrafos. As palavras-chave (descritores) devem ser em número de três a cinco palavras separadas por vírgulas e não devem ser repetidas palavras do título.

5.1) O título do artigo deve ser breve, específico e descritivo, contendo palavras que representem o conteúdo do texto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Escola Superior - ESMPRO

5.2) Ainda, deve ser encaminhada a **versão em inglês do resumo, do título e das palavras-chave**.

5.3) O minicurrículo (créditos) deverá conter nome do autor (ou autores), formação acadêmica, títulos, instituições às quais pertença e a principal atividade exercida, devendo conter no máximo 50 palavras.

6) O artigo deverá conter no máximo 25 páginas, no tamanho A4 (297 x 210 mm), com margens superior e esquerda de 3 cm e inferior e direita de 2 cm, incluindo resumos, palavras-chave, notas de rodapé e bibliografia, bem como o currículo resumido do(s) autor(es).

6.1) O texto deve ser digitado em fonte Arial, tamanho 12, entrelinhas de 1,5 para todo corpo do texto e de entrelinhas simples para citações longas e notas de rodapé, legendas e paginação, sem espaço entre os parágrafos e com formato justificado.

6.2) O recuo da primeira linha dos parágrafos deve ser de 2 cm.

6.3) Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de negrito, devendo o itálico ser usado apenas para palavras estrangeiras.

6.4) Para as citações no texto deve-se utilizar o sistema autor-data e para notas explicativas o numérico, de modo que a numeração deve ser feita por algarismos arábicos inseridos ao final da própria página de citação, devendo ter numeração única e consecutiva, utilizando-se fonte menor, Arial, tamanho 9, entrelinhas simples (100%).

6.5) Não utilizar as expressões em latim (ibid., idem, id., op. cit e outras) para substituir as referências. Utilizar sempre o sistema autor-data.

6.6) As citações literais curtas (até 3 linhas) deverão ser integradas ao parágrafo e colocadas entre aspas. As citações com mais de três linhas serão destacadas no texto em parágrafo especial, com recuo de 4 cm da margem esquerda do documento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Escola Superior - ESMPRO

7) As ilustrações, figuras e tabelas devem constar do corpo do texto, mas é desejável, ainda, que sejam salvas, também, em arquivos à parte, sempre que possível, escaneadas com resolução mínima de 300dpi.

7.1) Os autores deverão fornecer instruções claras sobre a composição dos símbolos em fórmulas ou equações, que deverão ser numeradas em sequência ao lado direito da folha, entre parênteses. No texto, deverão ser referidas como Eq.(1), Eqs.(2) e (3), por exemplo.

8) Sempre que possível, utilizar as unidades de acordo com o Sistema Internacional de Unidades.

9) No final do trabalho devem ser incluídas, em ordem alfabética, todas as referências efetivamente citadas no texto, segundo a norma NBR 6023, da ABNT (Norma para referências bibliográficas da Associação Brasileira de Normas Técnicas).

10) A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no corpo do artigo são de responsabilidade exclusiva do autor (ou autores).

11) Se houver agradecimentos, referentes a pessoas, colaboradores, instituições, auxílios, matérias e outros, estes poderão ou não aparecer ao final do artigo (antes das referências), de acordo com deliberação do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Rondônia.

12) Os textos serão submetidos ao Conselho Editorial e analisados por, pelo menos, dois revisores, selecionados por este mesmo Conselho e mantidos em anonimato. Por outro lado, a autoria do artigo não é divulgada aos revisores, durante a fase de revisão, garantindo mais lisura ao processo de seleção. Segue-se, assim, o sistema *double blind peer review*. O Presidente do Conselho Editorial não participa do processo de seleção dos artigos.

13) O artigo aprovado será submetido à revisão gramatical, e, se for o caso, à concordância do autor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
em defesa da sociedade
Escola Superior - ESMPRO

14) A seleção dos trabalhos será de total responsabilidade do Conselho Editorial, por meio da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Rondônia, e de sua decisão não caberá recurso. A lista dos artigos selecionados será publicada na página eletrônica da Revista, no endereço: <https://revista.mpro.mp.br/amazonia>.

15) Serão publicados na 1ª edição da Revista Jurídica da Amazônia do Ministério Público do Estado de Rondônia (digital) os primeiros classificados até o limite aproximado de 200 páginas, em ordem alfabética dos títulos dos artigos.

16) Não serão devidos direitos autorais ou qualquer remuneração pela publicação dos trabalhos. A simples remessa para apreciação implica a autorização para sua publicação.

17) Os artigos publicados representam a expressão do ponto de vista de seus autores, e não a posição oficial da Revista Jurídica da Amazônia do Ministério Público do Estado de Rondônia.

18) Após a publicação, os autores poderão visualizar a Revista, em formato PDF, no sítio eletrônico disponível no *link*: <https://revista.mpro.mp.br/amazonia>. Pedidos de esclarecimento devem ser encaminhados ao correio eletrônico: revista@mpro.mp.br.

Porto Velho/RO, 03 de abril de 2023.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça
Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado de Rondônia
Presidente do Conselho Editorial